

Câmara aprova projeto que muda cobrança de ICMS em combustíveis

Proposta passou por 392 votos a 71 e vai ao Senado

Por Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Fabio Graner — De Brasília
14/10/2021 05h01 Atualizado há 6 horas



Lira, sobre definição de preços: “É uma política que tem que ser revista porque hoje ela nem é pública nem privada” — Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 392 votos a 71, projeto de lei do governo para mudar a cobrança de ICMS sobre os combustíveis. O texto pretende diminuir a volatilidade dos preços e reduzir o custo da gasolina, do etanol e do diesel em 2022, ano em que o presidente Jair Bolsonaro buscará a reeleição. Pode causar, entretanto, efeito inverso para o próximo governo, com a manutenção artificial de um preço mais alto. O projeto agora será votado no Senado.

A proposta foi defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o parecer foi protocolado no meio do feriado pelo deputado doutor Jaziel (PL-CE). Hoje o ICMS é um percentual entre 25% e 34% aplicado sobre o preço de venda de cada combustível, calculado pelos Estados a cada 15 dias. Com o aumento nos valores praticados pela Petrobras, estatal controlada pelo governo, subiu também a arrecadação do ICMS.

A Câmara tornou anual essa pesquisa de referência, que levaria em conta a média dos preços nos dois anos anteriores. Além disso, em vez de um percentual, será cobrado valor fixo por litro, como ocorre com o PIS/Cofins do governo federal desde 2004 (de R\$ 0,89 por litro de gasolina). Esse valor do ICMS seria definido por cada Estado e valerá por 12 meses, tendo como teto os valores medidos na pesquisa.

Na data de sanção do projeto, diz o parecer, os anos de referência seriam 2019 e 2020, quando o preço da gasolina e do diesel era menor (em 2020, o barril do petróleo chegou a estar cotado a US\$ 20, contra US\$ 80 hoje), e valeria por pelo menos os próximos 12 meses (até depois da eleição, portanto). Com isso, segundo Lira disse ontem em entrevista à rádio CNN, a gasolina cairia entre 7% e 8%, o etanol em 7% e o diesel em 4%.

Para 2023, contudo, o alto preço de venda dos combustíveis em 2021, que chegou a R\$ 7 para a gasolina, entraria na conta para definir o valor de referência do ICMS. Se o dólar e o barril do petróleo recuarem até lá, ou se um novo governo determinar uma mudança na política de preços da Petrobras e forçar a redução do valor - ambas variáveis incertas -, o tributo se manteria artificialmente mais elevado, aumentando o custo dos combustíveis.

A proposta gerou protestos dos Estados sobre interferência na autonomia federativa. Em nota, o Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) disse que o projeto diminuirá em R\$ 24 bilhões as finanças estaduais, o que terá impacto de R\$ 6 bilhões para os municípios, que recebem 25% do ICMS. O documento destaca que neste ano a gasolina já acumula alta de 31%, o etanol de 40,7% e o diesel de 28%, mas que o governo culpa o ICMS “na pressa de endereçar soluções aparentemente simples, mas claramente equivocadas”.

O deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP) afirmou que a proposta protela os preços altos para provocar efeito imediato. “No fundo, isso não resolve o problema e talvez gere problema futuro maior. Hoje estamos trabalhando no pico do preço dos combustíveis, mas esse pico pode voltar atrás, como já ocorreu no passado”, pontuou.

O deputado Ênio Verri (PT-PR) disse que o projeto pode reduzir o preço dos combustíveis no curto prazo, mas não é a solução porque a culpa seria das políticas de reajustes da Petrobras e econômica do governo federal. “O governo Bolsonaro apresenta um projeto na Câmara que tenta disfarçar a sua mais completa responsabilidade. Quer transferir para os Estados a sua incompetência ou uma decisão de favorecer os acionistas”, afirmou.

Apesar de ponderarem as críticas ao governo, os partidos de oposição se uniram aos governistas e votaram a favor do projeto, enviado por Bolsonaro em meio à tentativa de jogar para os governadores a culpa pelo preço da gasolina, tema altamente impopular. Os contrários foram o MDB, que reclamou da quebra de acordo de votar uma mudança no imposto estadual, e o Novo.

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), o único mérito da proposta é diminuir a volatilidade de um reajuste quinzenal no imposto para anual, mas isso não significa que o preço da gasolina e do diesel vão cair. “Falar que o combustível está alto pelos governadores é artifício político. Essa não é a principal explicação”, acrescentou o especialista, destacando que o principal motivo é o câmbio.

Lira defendeu a mudança no ICMS e que a política da Petrobras (que define o valor dos combustíveis vendidos no Brasil com base no dólar e na cotação internacional do petróleo) não

deve ser alterada, mas criticou o “monopólio absurdo” dela no gás e a falta de política de investimento energético e cogitou a venda da empresa. “É uma política que tem que ser revista porque hoje ela nem é pública nem privada. Não seria o caso de privatizar a Petrobras? Não seria a hora de se discutir qual a função da Petrobras? É só distribuir dividendos aos acionistas?”, questionou.
